

INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS FUNÇÕES DOCENTES NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS BRASILEIRAS

Greice Scremin

Silvia Maria de Aguiar Isaia

Daniela da Silva Aimi

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar uma pesquisa realizada em nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009. O trabalho apresentado teve como propósito principal analisar o perfil institucional/docente de professores do ensino superior em universidades privadas brasileiras, a partir dos indicadores de função docente disponibilizados pela base de dados do INEP/MEC, estabelecendo relações pertinentes com a questão da qualidade da educação superior proposta pela bibliografia existente. Os objetivos desta pesquisa estão em consonância com o Projeto Observatório da Educação. Esta pesquisa justifica-se pela importância de relacionar a expansão/massificação do ensino privado com a qualidade da educação superior privada oferecida nestes estabelecimentos. A abordagem metodológica utilizada para a realização deste estudo foi quanti/qualitativa, considerando que a utilização dessa metodologia em diferentes etapas do estudo indica a possibilidade de desenvolvimento de diferentes estratégias para a análise dos dados, sejam elas assentadas em princípios de análise documental, seja em procedimentos estatísticos. Sendo assim, os indicadores de qualidade da educação superior brasileira podem avaliar a dimensão profissional docente, mas não as pessoas efetivamente envolvidas, tendo em vista a sua subjetividade. Dessa forma, os indicadores de função docente ao restringirem-se apenas ao **regime de trabalho**, ao **grau de formação** e ao **sexo**, desconsideram os demais elementos constitutivos da própria definição de funções docente apresentada pelo INEP. Portanto os indicadores apresentados na base de dados têm uma contribuição que é parcial sobre a avaliação da qualidade do trabalho do professor. Entendemos ainda que esses indicadores, quando interpretados deixam lacunas no entendimento sobre o que é válido em termos de avaliação da educação superior e o que não é.

Palavras-chave: Observatório da Educação; indicadores de qualidade; funções docentes; universidades privadas; ensino superior.

Apresentação

Este artigo tem o objetivo de apresentar uma pesquisa realizada em nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009. A pesquisa tratou dois fenômenos inseridos no campo educacional que estão muito próximos: a avaliação e a qualidade da educação superior brasileira. Neste caso, tratamos apenas das universidades classificadas como **privadas** pela base de dados do INEP/MEC, tendo como foco principal de análise os indicadores de **Funções Docentes** apresentados pelo sistema de avaliação da educação superior brasileira – SINAES.

O estudo realizado contribuiu com os objetivos levantados pelo projeto da RIES – Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior – Núcleo de Excelência em Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq/FAPERGS e o OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO com o projeto: *Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira* - Edital nº. 001/2006/INEP/CAPES – 2006. O *Projeto Observatório da Educação* é um Programa de fomento que visa ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação. Esse projeto tem como objetivo estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado por meio de financiamento específico. Trata-se de uma parceria entre a CAPES e o INEP.

Neste artigo, apresentaremos os resultados obtidos nessa pesquisa, bem como as discussões suscitadas a partir do confronto entre esses e as dimensões teóricas trabalhadas durante a pesquisa.

1. Encaminhamentos metodológicos

O desafio deste estudo foi analisar o perfil institucional/docente dos professores das universidades privadas brasileiras, a partir dos indicadores de funções docentes disponibilizados pela base de dados do INEP/MEC através da base de dados do SINAES, fazendo as relações pertinentes com a qualidade do ensino oferecida por essas instituições em âmbito nacional. Buscamos, inicialmente, identificar o perfil institucional/docente de professores do ensino superior em universidades privadas brasileiras, quanto às funções docentes e analisar em que aspectos esse perfil interfere na qualidade da Educação Superior do Brasil.

Outra etapa da pesquisa consistiu em analisar os conceitos e visões de qualidade propostos por autores e organismos internacionais sobre a educação superior, estabelecendo possíveis relações com o perfil de docentes das universidades privadas. E, por último, buscamos inferir possíveis indicadores de qualidade, a partir das funções docentes disponibilizadas pela base de dados do INEP/MEC.

A partir dos objetivos propostos, buscamos desenvolver relações teórico-práticas pertinentes no âmbito desta pesquisa, a partir de uma abordagem investigativa de cunho quali-quantitativo, trabalhada a partir de tabelas e gráficos gerados a partir da Planilha *Excel*. Contudo, seus resultados foram analisados em termos qualitativos, através de uma discussão que indicou as distorções, dificuldades ou êxitos do perfil levantado. A utilização de metodologias qualitativas e quantitativas em diferentes etapas do estudo indica a possibilidade de desenvolvimento de diferentes abordagens metodológicas, inclusive apoiadas por diferentes bases epistemológicas, sejam elas assentadas em princípios de análise documental, seja em procedimentos estatísticos.

2. Encaminhamentos teóricos

Anísio Teixeira (1964) definiu a universidade como uma reunião de adultos experientes intelectual e profissionalmente com jovens em busca de formação e preparo para atividades dentro e fora dela e, ao mesmo tempo, a instituição voltada para o cuidado da cultura humana, uma vez que lhe cabe zelar e lavrar como seu campo especial de trabalho. Como essa cultura constitui o equipamento maior da vida da própria sociedade, a sua responsabilidade por essa sociedade está sempre presente.

Dessa forma, Zabalza (2004) considera que “hoje em dia, a educação superior já não é mais um privilégio social para poucas pessoas (normalmente provenientes da classe social média alta), mas que, com exceções, se transforma em aspiração plausível para camadas cada vez mais amplas da população” (p. 182). Esse aumento da disponibilidade de acesso ao ensino superior pode ser, sem dúvida atribuído, ainda que parcialmente, às instituições privadas que dão a oportunidade de ascensão social às camadas populares. Porém, Zabalza (2004) pondera que o processo de massificação se constitui como um empecilho na introdução de inovações porque, em instituições com grandes números de alunos, os professores e a própria instituição renunciam explicitamente ao ensino de qualidade, buscando apenas a “sobrevivência”. De acordo com Jaime Giolo (2006),

é provável que o agressivo jogo do mercado educacional crie ainda outros problemas para os docentes brasileiros. Na sensível crise financeira das

instituições privadas, estão sendo emitidos sinais inequívocos de que os bons níveis salariais do setor privado, praticados, começarão a despencar de forma generalizada. Os impactos que isso terá sobre o sistema da educação superior brasileiro são difíceis de prever, mas é certo que não serão pequenos e nem localizados (p.45).

Essa é a grande problemática apresentada, a qualidade da educação superior em relação aos aspectos que a constituem, porém, surge a questão da definição do termo *qualidade*. Segundo Rui Santiago (1999), os contextos em que surge o assunto qualidade na educação superior são diferentes conforme as especificidades dos países e das próprias instituições.

Desta forma, o papel das IES é de considerável importância na preparação de novos profissionais para este cenário, a fim de responder às novas demandas sociais por qualidade, assim como, a um conjunto de problemas e preocupações que passam a fazer parte do cotidiano das sociedades.

Nosso trabalho focalizou a análise nas IES classificadas como **universidades** que se caracterizam por serem instituições pluridisciplinares, assim como por terem, obrigatoriamente, em seu quadro docente, 1/3 de professores com titulação de mestrado e doutorado e 1/3 de professores em regime de trabalho integral (art. 52, da Lei 9394/96). As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Voltamos nossos olhares para as universidades classificadas como **privadas** pela base de dados no SINAES (particulares e comunitárias/confessionais/filantrópicas).

2.1. Qualidade da educação superior: conceitos e visões

A temática da qualidade em educação certamente é foco de inúmeras discussões e reflexões acerca do próprio termo “qualidade”, pois, segundo diversos autores, trata-se de um conceito múltiplo e que se expressa através de juízos de valor. De acordo com Bertolin (2007), nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação com a educação se dava, basicamente, no sentido quantitativo e foi na década de 1980 que começaram a surgir, nos EUA e na Europa, as primeiras reflexões acerca da qualidade da educação.

Segundo Bertolin (2007), no espaço da educação superior, a qualidade é inexoravelmente reconstruída em função de um conjunto de especificidades das instituições de educação, tais como autonomia acadêmica e aspectos impeditivos de formalização das atividades acadêmicas e científicas. Portanto, no âmbito da educação

superior não se pode adotar plenamente os conceitos e os programas de qualidade originários da indústria e da iniciativa privada.

Já a expressão “qualidade em educação”, segundo Davok (2007), admite variadas interpretações. Segundo essa autora, uma educação de qualidade vai desde aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos, ou aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, até aquela que desenvolve a capacidade de servir ao sistema produtivo ou, ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Segundo Lemaitre (2001), as definições de qualidade nunca são neutras nem inocentes, senão que se referem a equilíbrios de poder dentro da educação superior e entre a educação superior e outros atores sociais. Considerando a educação superior tem-se utilizado termo “qualidade” para justificar muitas coisas, dentre elas reformas curriculares, projetos de pesquisa, conferências e congresso científicos etc.

Porém, os estudos sobre a qualidade da educação superior tendem a apontar para a existência de diversos, diferentes e legítimos entendimentos para o termo que sempre pode variar no tempo e no espaço. Segundo Bertolin (2007), “o fato é que o entendimento de qualidade é inexoravelmente subjetivo, porque depende fundamentalmente das concepções de mundo e de educação superior de quem o emite” (p. 155).

Tendo discutido o conceito de qualidade da educação sob o argumento de alguns autores, surgiu a necessidade de se resgatar as visões da qualidade em educação propostas pelo INEP/UNESCO (2004) que consideram *qualidade* um conceito dinâmico, reconstruído constantemente e Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da educação. Este é seu objetivo principal. Para a UNESCO, no Relatório Conciso sobre o Imperativo da Qualidade de 2004:

A definição de qualidade: Dois princípios caracterizam a maior parte das tentativas de definir a qualidade na educação: o primeiro deles identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o grande objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Dessa forma, o êxito alcançado por um sistema com relação a esse objetivo é um dos indicadores de sua qualidade. O segundo dá ênfase ao papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no cultivo do desenvolvimento criativo e emocional. A consecução desses objetivos nos diferentes países é mais difícil de avaliar e comparar (p. 2).

De acordo com os fatores apresentados pela UNESCO, percebemos a educação como um processo a ser construído, logo, a qualidade desse processo irá depender de características anteriores, atuais e posteriores ao processo. Também entendemos que

esse processo ocorre inserido em um contexto que é relevante para o sucesso das ações realizadas, assim como, as particularidades dos sujeitos envolvidos nele. Avaliação da qualidade da educação superior

Legalmente, a LDB 9394/96 (art. 9º, Inc. VI) explicitou a responsabilidade da União em “assegurar o processo nacional de avaliação da educação superior com cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino”. No caso brasileiro, a avaliação da qualidade da educação superior se dá através do SINAES que segue os seguintes princípios: responsabilidade social; reconhecimento da diversidade; respeito à identidade, à missão e à história das instituições; globalidade da instituição e utilização articulada de um conjunto de indicadores; avaliação com finalidade construtiva e formativa; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional.

É a partir desses princípios que podemos inferir a visão de qualidade em educação estabelecida pelo INEP/SINAES, pois quando avaliamos um curso superior, queremos saber de sua eficiência, queremos saber se ele está funcionando dentro das expectativas que se tem para a formação do profissional. Estamos analisando variáveis, tidas como certas, que medem a qualidade do ensino oferecido. Variáveis essas que, se supõe, já tenham sido testadas e que podem nos oferecer uma boa margem de segurança na avaliação que procedemos. Contudo, essa variedade nos padrões de medida de avaliação tem seus limites, além de, necessariamente, só se poder concluir a informação que se precisa quando da análise de todo o processo, o que não vem ocorrendo.

O conceito de avaliação que se constituiu nos estudos e reflexões da Comissão Especial de Avaliação (CEA) tem como idéias centrais, entre outras, as de integração e de participação – conceitos fundamentais para a construção de um sistema de avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade.

A avaliação da qualidade da educação superior assume assim, a responsabilidade de identificar de que forma o ensino superior tem dado resposta à sociedade que o mantém. Portanto, percebemos que, o ensino superior, além da equidade e da acessibilidade (quantidade), deve também ser de qualidade.

O Decreto nº 3.860/2001 atribuiu ao INEP a responsabilidade de organizar e executar a avaliação de cursos de graduação e das IES. De acordo com o SINAES, uma das críticas mais constantes feitas às práticas avaliativas vigentes trata do uso de

instrumentos aplicados a objetos isolados e que conduzem a uma visão parcial e fragmentada da realidade. Assim, eles não estariam dando conta da riqueza e da complexidade da educação, nem do sistema e tampouco de uma instituição educativa.

O INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira configura-se como um órgão que mais tem se desenvolvido na construção de indicadores e bases de dados que vêm a subsidiar os estudos avaliativos. A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, representou um marco na história da avaliação da educação superior brasileira. O novo sistema, que instituiu de forma integrada a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, estabeleceu igualmente que a avaliação das instituições deveria considerar necessariamente as dez dimensões definidas em lei e que tem dois momentos: a auto-avaliação, a ser coordenada por Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e a avaliação externa, realizada por comissões de docentes atuantes na educação superior, devidamente cadastrados e capacitados.

3. Análise e discussão dos dados

Muitos docentes brasileiros atuam em mais de uma instituição por isso, quando analisamos as informações segundo o ponto de vista da vinculação institucional dos professores, o adequado é referir-nos às funções docentes e não propriamente aos docentes. Nesse sentido, o número de funções docentes e o número dos docentes coincidem apenas quando a instituição é tomada individual e isoladamente. Quando analisamos dados gerais do país ou agregados por estado, por região, por categoria administrativa, por organização acadêmica, entre outros, os números das funções docentes são superiores aos dos docentes, tendo em vista, justamente, essa vinculação de alguns docentes a mais de uma instituição.

As funções docentes como indicadores de qualidade da educação que se encontram disponibilizadas nas sinopses e estatísticas do INEP, estão divididas em: número total de funções docentes (em exercício e afastados), por organização acadêmica e **grau de formação**, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES; número total de funções docentes (em exercício e afastados), por organização acadêmica e **regime de trabalho**, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES; número total de funções docentes (em exercício e afastados), por organização acadêmica e **sexo**, segundo a unidade da federação e a

categoria administrativa das IES. Esses dados estão disponibilizados em números no nível nacional (Brasil), no nível regional (regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul), assim como, no nível estadual; apontando especificamente as peculiaridades de cada local analisado.

Com o objetivo de analisar os dados referentes às instituições classificadas pela base de dados do SINAES como **universidades privadas**, oferecemos um comparativo entre essas instituições e as instituições classificadas como **universidades públicas**. Tomamos a decisão de fazer um comparativo entre essas IES, tendo em vista que o conjunto de informações que estamos apresentando somente faz sentido a partir da comparação com os dados das universidades públicas. Também justificamos nossa opção levando em consideração que o modelo de avaliação instituído em nosso país que leva em conta, como já mencionamos anteriormente, a configuração das instituições públicas. A fim de trazer um conjunto de informações mais sólido para a análise nessa pesquisa, recorreremos aos dados dos anos de 2004, 2005 e 2006.

Desse modo, podemos compreender o indicador de função docente denominado **Grau de Formação**, pois esse, como vimos anteriormente, exige certa formação para a docência superior, no entanto não estabelece a formação pedagógica como requisito no processo formativo docente. Remetemo-nos, assim, aos nossos referenciais teóricos que tratam justamente da formação para a docência superior balizada por uma formação na área específica de ensino atrelada a uma formação pedagógica em sentido mais amplo.

Desse modo, voltamos nossos olhares para a discussão da qualidade do processo formativo do professor universitário que se caracteriza, segundo Isaia e Bolzan (2008) por um “processo sistemático, organizado e auto-reflexivo” (p. 513). Ainda de acordo com essas autoras, a qualidade do processo formativo precisa considerar a especificidade própria da educação superior, compreendendo seu estatuto epistemológico e metodológico que é qualitativamente diferente da educação básica.

Ainda considerando o conceito de funções docentes proposto pelo INEP, resgatamos o indicador de **regime de trabalho** que possibilita um panorama sobre as condições de trabalho dos docentes nas IES públicas e privadas do país, no entanto não está abarcado no conceito proposto anteriormente. O regime de trabalho dos docentes universitários, sem dúvida, demonstra as condições de trabalho com as quais se deparam os professores, principalmente das IES privadas. Muitas vezes com uma carga de trabalho muito grande o que impossibilita um processo de ensino-aprendizagem aliado a um processo de reflexão contínua por parte do docente.

Quanto ao indicador **sexo**, que se constitui como nossa maior incógnita nessa pesquisa, pois, resgatamos os conceitos de indicadores de qualidade e de funções docentes para que possibilitassem maior entendimento sobre os dados que encontramos. No entanto, consideramos o indicador sexo como um levantamento diagnóstico sobre a situação do quadro docente do ensino superior, entretanto, entendemos que ele não define atributos de qualidade.

Resgatando o nosso objetivo central dessa pesquisa de traçar um **perfil** institucional/docente de professores do ensino superior em universidades privadas brasileiras, quanto às funções docentes, encontramos o seguinte:

- No decorrer dos três anos, podemos percebemos que a maioria dos professores, tanto nas particulares como nas comunitárias, confessionais e filantrópicas tem a formação de **mestre**; aumentou o nível de formação dos docentes para a atuação na profissão de um ano para o outro. Este fato pode ser entendido, tanto a partir de contratações de docentes mais qualificados, como pela busca da pós-graduação por parte dos professores já empregados. Como já explicitamos anteriormente, a dinâmica de contratações possível nas IES privadas possibilita um aumento muito rápido do nível de formação do seu quadro de professores, dessa forma, chamamos a atenção para a situação do docente que trabalha sem estabilidade, isto é, com a possibilidade da demissão constantemente em sua vida;

- Os professores das universidades privadas brasileiras são, em sua maioria contratados sob um regime de trabalho **horista**, o que permite a esses docentes a dedicação para a docência em diversas instituições, pois segundo o Cadastro Nacional de Docentes de 2005.1, embora em média 86,3% ministrem aulas em apenas uma IES, é significativo registrar que a) 31.514 docentes atuam em mais de uma instituição; b) 4.840 atuam em três ou mais de três IES; e c) 730 docentes atuam em quatro ou mais instituições. Esse regime de trabalho nos indica também uma realidade desse profissional que tem uma relação com a qualidade do trabalho que ele desempenha, pois o professor se transforma em um mero “tarefeiro” que não tem tempo de refletir nem sobre a sua prática docente, nem sobre as suas condições de trabalho;

- Esses professores são, em sua maioria, do sexo **masculino**. Ainda que a predominância sobre o sexo feminino não seja expressiva, o ambiente da universidade acaba retransmitindo experiências e obstáculos que homens e mulheres enfrentam na sociedade em geral.

Sendo assim, nos permitimos concluir que os indicadores de qualidade da educação são estabelecidos mais fortemente, a partir de matizes políticas?? que levam em conta a necessidade de regulação, mais do que a avaliação como instrumento para a melhoria da qualidade do ensino oferecido, com indicadores estabelecidos a partir de correntes teóricas coerentes. Dessa forma, segundo Morosini (2004), frente a um Estado regulador, surge essa tendência isomórfica, nos processos de avaliação o que leva as instituições a se expressarem através da produção científica . Assim, o mecanismo de avaliação é suplementado por uma série de outras informações que podem ser obtidas através de agências de fomento, revistas renomadas, programas de ensino e pesquisa financiados, assim como pela avaliação dos pesquisadores das IES.

Entendemos, ainda, que todos os processos de avaliação pelos quais a educação está sujeita a passar, ainda não consideram a dimensão pessoal dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Pois, basicamente, estamos tratando de professores e alunos, e as preocupações da avaliação, seja ela voltada para a regulação ou para a melhoria efetiva da qualidade, precisam ser pautadas em princípios humanos.

A partir dos achados teóricos e das concepções sobre funções docentes, entendemos que os três indicadores que representam as “Funções Docentes” são demasiadamente rudimentares quando comparados à complexidade exposta no conceito que o INEP adota para esse indicador. Desse modo, os indicadores de qualidade da educação superior brasileira podem avaliar a dimensão profissional docente, mas não as pessoas efetivamente envolvidas, tendo em vista a sua subjetividade. Sendo assim, os indicadores de função docente (Regime de trabalho, grau de formação e sexo) têm uma contribuição que é parcial sobre a avaliação da qualidade do trabalho do professor. Entendemos ainda que esses indicadores, quando interpretados deixam lacunas no entendimento sobre o que é válido em termos de avaliação da educação superior e o que não é.

Sendo assim, por considerarmos que os sistemas de indicadores têm sido um dos instrumentos mais importantes e utilizados em âmbito mundial para estudar e analisar o desenvolvimento, o desempenho e a qualidade dos sistemas nacionais de educação, é que desenvolvemos este estudo com o intuito de preservar as ações com resultados positivos e propor mudanças, quando necessárias, no âmbito da avaliação da qualidade dos sistemas de educação.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Julio César Godoy. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. **Revista Avaliação**. v. 12, n. 2, p. 309-331, jun. 2007. Campinas: Sorocaba, SP.

ISAIA, S. M de A; BOLZAN, D. P. V.. Formação docente: em busca de indicadores de qualidade. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Orgs.) **Inovação e qualidade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.cefetce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm>

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Brasília, DO 10/07/2001.

BRASIL. **Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências.

DAVOK, D. F. Qualidade em educação. **Revista Avaliação**. v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007. Campinas: Sorocaba, SP.

GIOLO, Jaime. Os docentes da educação superior brasileira. In: **Docência na educação superior**: Brasília, 1º e 2 de dezembro de 2005 / Organização: Dilvo Ristoff e Palmira Sevegnani. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. XX p. – (Coleção Educação Superior em Debate ; v. 5).

LEITE, D.; TUTIKIAN, J.; Holz, N. (Org.). “Avaliação e compromisso – construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública”. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LEMAITRE, Maria J. La Calidad Colonizada: universidad y globalizacion. Conferencia dictada en el Seminario. **The End of Quality**, organizado por la Universidad de Central England, Birmingham, U.K. en mayo de 2001.

MOROSINI, M. C. Educação superior e transnacionalização: avaliação/qualidade/acreditação. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. (Orgs.) **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

RIES – (Rede Sul Brasileira de Investigadores da Educação Superior) **Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira** - Edital nº. 001/2006/INEP/CAPES – 2006.

SANTIAGO, R. O conceito de qualidade no Ensino Superior. In: A Avaliação na Administração Pública, (Vários autores). Lisboa: Instituto Nacional de Administração, (p. 355-380), 1999.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 2. ed., ampl. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004, p. 82).

TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.42, n.95, jul./set. 1964. p.27-47.

TRIGUEIRO, M. G. S. O ensino superior privado no Brasil. 01. ed. Brasília: Paralelo 15/Marco Zero, 2000. v. 01. 127 p.

UNESCO/CRUB. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998: Paris, França) **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**/UNESCO/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras: tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves; ilustração de Edson Fogaça – Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

UNESCO, Relatório Conciso: **O imperativo da qualidade/Educação para todos**. França: UNESCO, 2004.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

<http://www.inep.gov.br/> (Acesso em 05/01/2008).

<http://www.inep.gov.br/sinaes> (Acesso em 18/08/2008).

<http://www.inep.gov.br/thesaurus> (Acesso em 02/09/2008).

[http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_Tecnico_Cadastr_o_Docentes2005_1.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_Tecnico_Cadastro_Docentes2005_1.pdf) (Acesso em 05/10/2008).